

Livramento Holding S.A.

Demonstrações financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e
relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**KPMG Auditores Independentes**

Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 - Salas 603, 604 e
605 - Centro - Ed.The Office Avenida
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone
Fax
Internet

55 (48) 3205-5300
55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Livramento Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livramento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 4 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012			31.12.2013	31.12.2012		
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.268	268	33.183	1.015	Empréstimos e financiamentos	10	-	25.904	4.886	25.904
Contas a receber	6	-	-	2.577	-	Contas a pagar de fornecedores	11	112	94	6.753	3.428
Títulos de créditos a receber		-	-	601	600	Obrigações fiscais		43	38	423	297
Impostos a recuperar		46	42	3.513	45	Obrigações trabalhistas		90	75	90	75
Outras contas a receber		60	154	133	154	Ações preferenciais resgatáveis	12	81.267	-	81.267	-
						Provisões passivas	9	-	-	4.418	-
						Outras contas a pagar		101	-	101	663
Total do ativo circulante		28.374	464	40.007	1.814	Total do passivo circulante		81.613	26.111	97.938	30.367
Outras contas a receber		135	14	135	14	Empréstimos e Financiamentos	10	-	-	153.661	-
Tributos Diferidos		-	-	12.724	-	Total do passivo não circulante		-	-	153.661	-
Custos de captação de empréstimos		-	-	-	402	Patrimônio Líquido	13				
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	31.409	-	-	-	Capital social		131.959	73.582	131.959	73.582
Participação em controladas	8	128.334	98.671	-	-	Prejuízo acumulado		(25.230)	(495)	(25.230)	(495)
Imobilizado	9	90	49	305.462	101.224	Total do patrimônio líquido		106.729	73.087	106.729	73.087
Total do ativo não circulante		159.968	98.734	318.321	101.640	Total do passivo e patrimônio líquido		188.342	99.198	358.328	103.454
Total do ativo		188.342	99.198	358.328	103.454						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receita operacional líquida	14	-	-	29.132	-
Custo de operação	15	-	-	(66.342)	-
Resultado bruto		-	-	(37.210)	-
Despesas operacionais					
Pessoal e administradores		-	(133)	(96)	(133)
Material		-	(4)	(6)	(4)
Serviços de terceiros	16	-	(473)	(706)	(478)
Arrendamentos e aluguéis		-	(42)	(85)	(42)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(24.709)	-	-	-
Outros		-	(6)	(6)	(9)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(24.709)	(658)	(38.109)	(666)
Receitas financeiras	17	18	187	1.004	209
Despesas financeiras	17	(44)	(20)	(354)	(29)
		(26)	167	650	180
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(24.735)	(491)	(37.459)	(486)
Imposto de renda e Contribuição Social correntes		-	-	-	(5)
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	18	-	-	12.724	-
Prejuízo do exercício		(24.735)	(491)	(24.735)	(491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Prejuízo do exercício	<u>(24.735)</u>	<u>(491)</u>	<u>(24.735)</u>	<u>(491)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(24.735)</u></u>	<u><u>(491)</u></u>	<u><u>(24.735)</u></u>	<u><u>(491)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1	(4)	(3)
Integralização do capital social		73.581	-	73.581
Prejuízo do exercício		-	(491)	(491)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>73.582</u>	<u>(495)</u>	<u>73.087</u>
Integralização de capital	13	58.377	-	58.377
Prejuízo do exercício		-	(24.735)	(24.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>131.959</u>	<u>(25.230)</u>	<u>106.729</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Prejuízo do exercício	(24.735)	(491)	(24.735)	(491)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(12.724)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8 24.709	-	-	-
	(26)	(491)	(37.459)	(491)
Redução (aumento) nos ativos:				
Impostos a recuperar	(4)	(42)	(3.468)	(59)
Contas a receber	-	-	(2.577)	-
Outras contas a receber	(27)	(142)	(101)	(128)
	(31)	(184)	(6.146)	(187)
Aumento (redução) nos passivos:				
Contas a pagar a fornecedores	18	94	3.325	3.428
Obrigações fiscais	5	38	126	297
Obrigações trabalhistas	15	45	15	45
Outras contas a pagar	101	-	(562)	-
	139	177	2.904	3.770
Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	82	(498)	(40.701)	3.092
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Investimentos e adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	8 (85.781)	(91.767)	-	-
Titulos de credito a receber	-	-	-	(600)
Adições ao ativo imobilizado	9 e 22 (41)	(49)	(191.056)	(94.320)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(85.822)	(91.816)	(191.056)	(94.920)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento empréstimos - principal	10 (25.000)	-	(25.000)	-
Pagamento empréstimos - juros	10 (904)	-	(904)	-
Integralização de capital	58.377	65.944	58.377	65.944
Operações com partes relacionadas	-	-	-	663
Ingressos de capital - ações preferenciais resgatáveis	81.267	-	81.267	-
Empréstimos Obtidos	10 -	25.000	151.236	25.000
Custos de captação de empréstimos	10 -	-	(1.051)	(402)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	113.740	90.944	263.925	91.205
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	28.000	(1.370)	32.168	(623)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	268	1.638	1.015	1.638
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>28.268</u>	<u>268</u>	<u>33.183</u>	<u>1.015</u>

Os efeitos não caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 23.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I – Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento terá 78 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia no ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPE) foram constituídas pelos sócios para se estabelecerem como Produtoras Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando houve os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 31 de dezembro de 2013, 75% das atividades de implantação do Complexo Eólico estavam concluídas, com a previsão de que as centrais geradoras eólicas entrarão em operação comercial nos seguintes prazos:

EOL Cerro dos Trindade – 01/01/2014 (em operação)
EOL Cerro Chato IV – 01/03/2014
EOL Cerro Chato V – 10/03/2014
EOL Cerro Chato VI – 03/05/2014
EOL Ibirapuitã – 03/05/2014

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em face do atraso nos prazos previstos para a operação comercial foi necessária a aquisição de lastro de energia, para honrar aos contratos de venda de energia celebrados em 2012 no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro semestre a compra ocorreu a um preço médio de R\$331,73, em decorrência do aumento do PLD (Preço de liquidação de diferenças), por conta da ausência de chuva no começo do ano. No segundo semestre o preço médio foi de R\$257 por MW/h. Em decorrência da aquisição de energia no curto prazo, a Companhia incorreu em prejuízo operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito acima, o resultado operacional negativo de 2013 se deve ao fato de que os parques não entraram em operação comercial nas datas programadas, obrigando as eólicas a comprarem energia no mercado livre para cumprirem seus contratos de venda de energia. Salienta-se que a Companhia não possui contratos de vendas de energia em aberto para os meses de janeiro e fevereiro de 2014, podendo liquidar a energia gerada no ambiente de curto prazo. A partir de março de 2014 a administração possui expectativa de que as geradoras eólicas estarão todas em operação comercial para atendimentos aos contratos firmados no Leilão A-3 de 2011.

Os recursos necessários para a construção do parque eólico da Livramento foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Adicionalmente a Companhia possui a expectativa de obter aporte de capital complementar no mercado de capitais, por meio de emissão de debêntures de investimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 53.239 (R\$ 57.931 consolidado), devido ao registro no passivo circulante das ações preferenciais resgatáveis no montante de R\$81.267 (vide nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas diretas são:

	Percentual de Participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou as controladas da Companhia, a estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela diretoria executiva em 4 de fevereiro de 2014.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de Consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e ações preferenciais

resgatáveis.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais estão classificadas como passivo financeiro, pois são resgatáveis à escolha do acionistas. As ações preferenciais dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social, sem prêmio.

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não possuem depreciação acumulada, pois ainda não iniciou a operação dos seus ativos.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, sendo observado o princípio da realização da receita e confrontação das despesas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contas correntes bancárias	18	268	155	615
Aplicações financeiras	28.250	-	33.028	400
	<u>28.268</u>	<u>268</u>	<u>33.183</u>	<u>1.015</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) em banco de primeira linha, cujos rendimentos são 100% do CDI.

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Contas a receber

Refere-se a valores a receber, decorrentes da venda de 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre através dos contratos de venda de energia incentivada. Os valores faturados são recebidos no mês subsequente e não existem parcelas em atraso.

7 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 225, e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

8 Participação em empresas controladas e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 08 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I – Fundo de Investimento de Participações e ELOS – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas, Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
31.12.2013					
Participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Total	41.547	51.444	103.962	38.489	95.511
Passivo Total	25.761	29.988	64.744	24.458	57.667
Patrimônio líquido	15.786	21.456	39.218	14.030	37.844
Prejuízo do exercício	(3.101)	(3.960)	(8.786)	(2.846)	(6.016)

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã	Total
Saldos em 31.12.2012	12.127	14.856	30.142	10.821	30.725	98.671
Integralização de capital	6.760	10.560	17.862	6.055	13.135	54.372
Equivalência patrimonial	(3.101)	(3.960)	(8.786)	(2.846)	(6.016)	(24.709)
Saldos em 31.12.2013	<u>15.786</u>	<u>21.456</u>	<u>39.218</u>	<u>14.030</u>	<u>37.844</u>	<u>128.334</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia integralizou capital mediante a emissão de novas ações nas controladas, em montantes equivalentes aos valores descritos no quadro acima.

c. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 2013 a Companhia adiantou o montante de R\$31.409 como adiantamento para aumento de capital nas suas subsidiárias, como segue:

	AFAC
Cerro Chato IV	5.733
Cerro Chato V	6.286
Cerro Chato VI	11.969
Cerro dos Trindade	3.610
Ibirapuitã	<u>3.811</u>
	<u><u>31.409</u></u>

9 Imobilizado

Em curso	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	29.916	28.681
Máquinas e equipamentos	-	-	104.609	5.699
Adiantamento a fornecedores (*)	-	-	107.062	41.303
A ratear (**)	4	-	10.705	3.055
Estudos e projetos	-	-	177	103
Encargos financeiros	-	-	9.640	904
Sistema de transmissão e conexão				
Intangível	-	-	887	334
Máquinas e equipamentos	-	-	12.712	4.253
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	24.425	14.968
Adiantamento a fornecedores (*)	-	-	3.837	1.238
A ratear (**)	-	-	117	38
Administração				
Móveis e utensílios	86	49	86	49
A ratear (**)	-	-	1.289	599
	90	49	305.462	101.224

(*) Refere-se aos adiantamentos efetuados aos fornecedores Wind Power Energia S.A., Efacec do Brasil S.A. e ABB Ltda com os quais a Companhia e suas controladas, possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos.

(**) O saldo registrado em imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos Parques Eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

Abaixo segue a movimentação do imobilizado em 2013:

Em curso	Saldos em 31.12.2012	Aquisições	Baixas	Transferências	Capitalização Encargos	Saldos em 31.12.2013
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.681	9.053		(7.818)		29.916
Máquinas e equipamentos	5.699	11.527		87.383		104.609
Adiantamento a fornecedores	41.303	148.949		(83.190)		107.062
A ratear	3.055	7.607		45		10.707
Estudos e projetos	103	114		(40)		177
Encargos financeiros	904	-	(30)	-	8.764	9.638
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	334	505		48		887
Máquinas e equipamentos	4.253	5.326		3.133		12.712
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.968	2.348		7.109		24.425
Adiantamento a fornecedores	1.238	9.269		(6.670)		3.837
A ratear	38	79		-		117
Administração						
Móveis e utensílios	49	37		-		86
A ratear	599	690		-		1.289
	101.224	195.504	(30)	-	8.764	305.462

Livramento Holding S.A.
*Demonstrações financeiras referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes*

Em curso	Aquisições em 2012	Transferências	Capitalização Encargos	Saldos em 31.12.2012
Geração				
Intangível	32	(32)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.462	11.219	-	28.681
Máquinas e equipamentos	-	5.699	-	5.699
Adiantamento a fornecedores	72.687	(31.384)	-	41.303
A ratear	3.075	(20)	-	3.055
Estudos e projetos	103	-	-	103
Encargos financeiros	-	-	904	904
Sistema de transmissão e conexão				
Intangível	302	32	-	334
Máquinas e equipamentos	3.301	952	-	4.253
Edificações, obras civis e benfeitorias	588	14.380	-	14.968
Adiantamento a fornecedores	2.104	(866)	-	1.238
A ratear	38	-	-	38
Administração				
Móveis e utensílios	49	-	-	49
A ratear	579	20	904	599
	<u>100.320</u>	<u>-</u>	<u>904</u>	<u>101.224</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi capitalizado o valor de R\$8.764 (R\$904 em 31 de dezembro de 2012) referente a juros alocados a um ativo qualificável.

Devido a previsão de unitização da EOL Cerro dos Trindade em janeiro de 2014, a Companhia provisionou os custos pendentes para conclusão da obra no valor de R\$4.418.

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
BNDES – Principal	151.236	-
BNDES – Encargos	8.764	-
BNDES – Custos de captação	(1.453)	-
Banrisul – empréstimo ponte	-	25.904
	<u>158.547</u>	<u>25.904</u>
Circulante	4.886	25.904
Não circulante	153.661	-

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de crédito no montante de R\$187.638 destinado à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia sacado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação). Os juros incorridos até 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 8.764, foram capitalizados no ativo imobilizado.

No dia 14 de janeiro de 2013, quando do recebimento da primeira liberação de recurso do BNDES, no montante de R\$ 89.260, a Companhia liquidou o empréstimo ponte existente com o Banrisul.

Em junho de 2013 foi recebida a segunda liberação de recurso, no montante de R\$ 61.976. Deste valor, foi descontado o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% , conforme cláusula quinta do contrato, no montante de R\$ 193.

b. Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: Principal e juros - mensais a partir de Julho de 2014.

c. Garantias

- (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos;
- (b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas;
- (c) Recebíveis e conta reserva; e

d. Compromisso contratual (covenant)

O *covenant* do financiamento será exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá ao “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$.

11 Contas a pagar de fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Encargos do Uso de Transmissão - TUSD	114	-
Efacec do Brasil Ltda	1.421	1.863
Arcelor Mittal Brasil S.A.	-	734
Wind Power Energia S.A.	-	507
Electra Comercializadora de Energia Ltda	1.220	-
Delta Comercializadora de Energia	3.193	-
Copen Companhia de Petroleo e Energia	375	-
Cremer S.a	181	-
Outros	249	324
	6.753	3.428

Refere-se basicamente, aos gastos com a construção dos Parques Eólicos das controladas e a compra de energia elétrica para revenda. Conforme, descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia e suas controladas possuem contrato de empreitada integral com os fornecedores Efacec do Brasil Ltda, Wind Power S.A.

Em 2013, foram firmados contratos com a Delta Energia, Copen, Electra e as SPE's de Livramento, para compra e venda de energia elétrica incentivada de curto prazo.

12 Ações preferenciais resgatáveis

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$81.267, refere-se a 81.266.666 de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de assembléia geral extraordinária realizada em 25 de junho de 2013 e 04 de dezembro de 2013. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, as mesmas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, salienta-se que a remuneração dessa ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento que a empresa gerar lucros. Não existe nenhuma outra forma de remuneração das referidas ações. A apresentação desse instrumento está de acordo com o CPC 39, que descreve que ações preferenciais que possuem as características acima descritas devem ser apresentadas como passivo financeiro.

13 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

	31.12.2013			31.12.2012		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.659.965	49%	64.660	36.055.235	49%	36.055
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	10%	13.196	7.358.22	10%	7.358
Rio Bravo Energia I	54.103.236	41%	54.103	30.168.666	41%	30.1699
	<u>131.959.11222</u>	<u>100%%</u>	<u>131.9599</u>	<u>73.582.112</u>	<u>100%%</u>	<u>73.582</u>

Em 31 de dezembro de 2013, as 131.959.112 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país. Além das ações ordinárias, a Companhia possui 81.266.666 ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme nota explicativa nº 12.

Conforme Estatuto Social, o Capital autorizado da Companhia é de R\$161.959 mil e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do Capital Social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações, de acordo com ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.

Em 2013, conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital social foi aumentado em R\$58.377.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

Devido ao prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não houve destinação nesse exercício.

14 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Receita Operacional bruta		
Receita de revenda de energia	32.717	-
Deduções da receita bruta		
Impostos	(3.585)	-
	29.132	-

15 Custos de operação

	Consolidado
	31.12.2013
Serviços de terceiros	(5.983)
Compra de energia elétrica para revenda	(65.439)
(-)Crédito de Pis/Cofins – compra de energia	5.805
Encargos de Uso da Rede Elétrica - TUSD	(831)
(-)Crédito de Pis/Cofins – TUSD	76
Outros	30
	(66.342)

16 Serviços de Terceiros - Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Serviços Administrativos, Contábeis e Financeiros	-	(249)	(277)	(249)
Serviços de auditoria	-	(7)	(54)	(7)
Assessoria Jurídica	-	(72)	(66)	(72)
Assessoria de Energia Elétrica	-	(5)	(122)	(5)
Outros	-	(140)	(187)	(145)
	-	(473)	(706)	(478)

A partir de 2013, as despesas administrativas da Livramento Holding S.A estão sendo reconhecidas nas SPE's, respeitando o percentual de rateio por MW, devido á entrada em operação destas empresas.

17 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos de aplicação financeira	18	187	1.004	209
Receitas financeiras	-	187	1.004	209
Despesas bancárias	(44)	(16)	(321)	(20)
IOF	-	(1)	(10)	(3)
Multa e juros de mora	-	(3)	(23)	(6)
	-	(20)	(354)	(29)
Despesas financeiras	(26)	167	650	180

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui o valor de R\$12.724 de imposto de renda e a contribuição social diferidos oriundos de prejuízo fiscal do imposto de renda, e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos serão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

19 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	28.268	-	268	-
Outras contas a receber	195	-	168	-

Livramento Holding S.A.
*Demonstrações financeiras referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes*

Passivos financeiros				
Contas a pagar de fornecedores	-	112	-	94
Outras contas a pagar	-	101	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	-	81.267	-	-

	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	33.183	-	1.015	-
Outras contas a receber	268	-	168	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	158.547	-	25.904
Contas a pagar de fornecedores	-	6.753	-	3.428
Outras contas a pagar	-	101	-	663
Ações preferenciais resgatáveis	-	81.267	-	-

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros – Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e representam seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Outras contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como sendo o valor justo, devido a proximidade dos valores.

Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

c. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2013 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2013. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 2013	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI	8,06%	8,5%	10,62%	12,75%
TJLP	5%	6%	7,5%	9,00%

	Saldo em 31.12.2013	Exposição	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo					
Aplicações financeiras	33.028	CDI	2.807	3.507	4.211
			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2013	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	(158.547)	TJLP	(9.512)	(11.891)	(14.269)

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela companhia são apresentados na nota nº 10.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém a cobertura de seguro garantia emitido em favor da ANEEL, com cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia, conforme descrito a seguir:

Empresa	Apólice	Valor	Vigência
Eólica Cerro Chato IV	61222011000107750000659	2.343	04/12/2011 a 30/06/2014
Eólica Cerro Chato V	61222011000107750000656	2.682	04/12/2011 a 30/06/2014
Eólica Cerro Chato VI	61222011000107750000657	5.733	04/12/2011 a 30/06/2014
Eólica Cerro dos Trindades	61222011000107750000655	2.004	04/12/2011 a 30/06/2014
Eólica Ibirapuitã	61222011000107750000658	5.733	04/12/2011 a 30/06/2014

21 Contratos de longo prazo

a. Venda de energia (CCEAR)

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Livramento comercializaram, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) de março de 2014 até fevereiro de 2034, a um preço médio de R\$ 98,00, com data base em Agosto 2011.

b. Contratos de implantação

Para a construção e implantação das Centrais Geradoras Eólicas foram firmados contratos de empreitada integral, a preço global, com um consórcio, denominado “Consórcio Cerro Chato”, formado pelas empresas:

- Wind Power Energia – Responsável pela construção e instalação/comissionamento dos Aero geradores,
- Efacec do Brasil – Responsável pela construção da subestações, redes de média tensão e
- ABB Ltda – Responsável pelas Obras Civis.

Os contratos de empreitada integral para implantação das Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Livramento, possuem os seguintes valores (data base agosto de 2011):

Eólica Cerro Chato IV, Cerro Chato V e Cerro dos Trindade – R\$ 93.715

Eólica Cerro Chato VI – R\$ 74.683

Eólica Ibirapuitã – R\$ 76.760

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Livramento pagam mensalmente aos contratados as parcelas do valor de fornecimento de bens e serviços cumpridos e medidos, seguindo o cronograma de eventos de pagamento estabelecido no contrato. Para tanto, os eventos são demonstrados de acordo com as normas de medição que compõem o cronograma geral de execução.

22 Contingências

Em 2012 e em 31 de dezembro de 2013, conforme os assessores jurídicos da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais.

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Integralização de capital (a)	-	-	(7.637)	(7.637)
Investimentos em controladas (b)	-	-	6.904	-
Adições ao imobilizado (b)	-	(13.182)	-	6.904
Juros capitalizados (c)	-	8.764	-	-
Provisão fornecedores (d)	-	4.418	-	-
Custos capitação de empréstimo(e)	-	402	-	-

- (a) Integralização de capital com saldo de AFAC já liberado no caixa de 2011.
- (b) Aumento de capital nas investidas com saldo de mútuo ativo, que no consolidado foi aplicado no imobilizado.
- (c) Efeito não caixa decorrente de imobilização de juros.
- (d) Provisão de fornecedores para unitização da SPE Cerro dos trindades.
- (e) Refere-se a valores de custos para capitação de empréstimos pagos em 2012, classificado como ativo até a liberação do empréstimo em 2013.